26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento

GESTÃO DO CONHECIMENTO INDÍGENA NA AMAZÔNIA: FUNDAMENTOS, ESTRUTURA E VALIDAÇÃO DE UM MODELO CONCEITUAL

INDIGENOUS KNOWLEDGE MANAGEMENT IN THE AMAZON: *FOUNDATIONS, STRUCTURE, AND VALIDATION OF A CONCEPTUAL MODEL*

Diego Leonardo de Souza Fonseca – Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Instituto Federal do Amazonas (IFAM)
Thais Batista Zaninelli – Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo, de natureza teórica, apresenta um modelo conceitual de Gestão do Conhecimento Indígena para o contexto amazônico, fundamentado nas epistemologias indígenas e nas perspectivas decoloniais investigadas no contexto da Ciência da Informação. A pesquisa, de natureza descritiva e documental, fundamentada em revisão bibliográfica buscou identificar, analisar e sistematizar elementos constitutivos da gestão do conhecimento indígena, visando a construção de um modelo conceitual alinhado às especificidades dos povos originários. O modelo conceitual proposto está estruturado em duas dimensões principais: a espiritual e a física, evidenciando que os processos indígenas de produção e transmissão do conhecimento envolvem aspectos materiais, cosmológicos, espirituais e ancestrais. Nesse sentido, o modelo amplia as discussões no âmbito das pesquisas na área da Ciência da Informação sobre gestão do conhecimento aplicado ao contexto indígena e aos saberes tradicionais.

Palavras-chave: Gestão do conhecimento; conhecimento indígena; povos tradicionais indígenas; Amazônia.

Abstract: This theoretical article presents a conceptual model of Indigenous Knowledge Management for the Amazonian context, grounded in Indigenous epistemologies and decolonial perspectives explored within the field of Information Science. The research, which is descriptive and documentary in nature and based on a literature review, sought to identify, analyze, and systematize the constituent elements of indigenous knowledge management, with the aim of constructing a conceptual model aligned with the specificities of indigenous peoples. The proposed conceptual model is structured around two main dimensions: the spiritual and the physical, highlighting that indigenous processes of knowledge production and transmission involve material, cosmological, spiritual, and ancestral aspects. In this sense, the model expands discussions within the scope of research in the field of Information Science

regarding knowledge management applied to the indigenous context and traditional knowledge.

Keywords: Knowledge management; indigenous knowledge; traditional indigenous peoples; Amazon.

1 INTRODUÇÃO

Os conhecimentos indígenas constituem sistemas complexos de produção, organização, transmissão e preservação de saberes historicamente construídos a partir das relações entre os povos originários, a natureza, a ancestralidade, a espiritualidade e os territórios tradicionalmente ocupados. Tais conhecimentos compreendem dimensões socioculturais, cosmológicas, ambientais e coletivas que extrapolam perspectivas ocidentais convencionais de conhecimento, configurando-se como patrimônios epistêmicos fundamentais para a manutenção da diversidade cultural e da sociobiodiversidade amazônica (Lévi-Strauss, 1989; Diegues, 2000; Santos, 2019).

Nas últimas décadas, os debates acerca da valorização dos saberes tradicionais e das epistemologias indígenas se consolidou em diversos campos científicos, especialmente em áreas relacionadas à sustentabilidade, ao patrimônio cultural, à educação, no desenvolvimento territorial e especialmente nos estudos na área da Ciência da Informação – CI (foco desta pesquisa).

Portanto, no contexto da CI, por um lado, observa-se um crescente interesse por discussões voltadas à pluralidade epistemológica, à mediação intercultural da informação e aos processos de preservação e compartilhamento do conhecimento tradicional (Fonseca, 2025). Por outro lado, grande parte dos estudos relacionados à gestão do conhecimento permanece fundamentada em modelos organizacionais de matriz ocidental, fortemente vinculados a perspectivas empresariais, tecnicistas e corporativas (Fonseca; Zaninelli, 2024). Embora relevantes para contextos organizacionais formais, tais modelos nem sempre contemplam as especificidades socioculturais dos sistemas indígenas de conhecimento, especialmente no que se refere à oralidade, à ancestralidade, à territorialidade e à dimensão coletiva dos processos de compartilhamento do saber.

Nesse sentido, as discussões decoloniais têm contribuído para a problematização dessa lógica hegemônica de produção do conhecimento. A colonialidade do poder consolidou padrões eurocentrados de produção epistemológica que subalternizaram conhecimentos originários e

tradicionais. Mignolo (2008) destaca que a modernidade ocidental estabeleceu mecanismos de invisibilização de epistemologias não europeias, enquanto Santos (2019) propõe a valorização das chamadas "epistemologias do Sul", fundamentadas na pluralidade dos saberes e na ecologia de conhecimentos. Diante desse cenário, e considerando a diversidade sociocultural dos povos indígenas, surge cada vez mais, a necessidade de mecanismos capazes de contribuir para a valorização, proteção e continuidade dos conhecimentos tradicionais frente aos impactos da globalização, das transformações socioterritoriais e das dinâmicas contemporâneas de perda cultural.

Desse modo, este artigo tem como objetivo apresentar um modelo conceitual de Gestão do Conhecimento Indígena para o contexto amazônico, compreendendo os seus fundamentos teóricos, sua estrutura constitutiva e o seu processo de validação. O modelo foi construído a partir dos resultados de uma tese de doutoramento, envolvendo levantamento teórico, análise conceitual e validação colaborativa com pesquisadores indígenas, buscando contemplar dimensões como ancestralidade, oralidade, territorialidade, coletividade, espiritualidade e preservação cultural. O cerne da contribuição do estudo converge para uma discussão crítico-reflexiva sobre a amplificação do debate da influência das diretrizes decoloniais para o contexto amazônico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço teórico deste estudo está fundamentado em discussões relacionadas ao conhecimento indígena, às epistemologias decoloniais e à gestão do conhecimento, buscando compreender as especificidades socioculturais e epistemológicas dos sistemas indígenas de produção e dos seus modos de compartilhamento.

2.1 CONHECIMENTO INDÍGENA: DEFINIÇÕES E ABORDAGENS

O conhecimento indígena agrupa um sistema complexo de saberes estabelecidos das relações entre os povos originários, seus territórios, suas cosmologias, práticas culturais, sistemas simbólicos e experiências coletivas (Lévi-Strauss, 1989; Ngulube, 2002; UNESCO, 2002, 2011, 2021, 2023; Santos, 2019). Esses sistemas indígenas de conhecimento apresentam caráter holístico, relacional, coletivo e intergeracional, envolvendo dimensões materiais e imateriais que articulam natureza, espiritualidade, ancestralidade e modos próprios de organização social (Mindlin, 2006).

Nesse sentido, Ngulube (2002) compreende que o conhecimento indígena não pode ser interpretado como um conjunto de informações empíricas acumuladas, pois ele possui uma estrutura epistemológica própria, vinculada aos modos de existência e às formas de interpretação do mundo, construídas historicamente pelos povos indígenas.

As discussões acerca do conhecimento indígena passaram a ganhar maior centralidade no cenário científico internacional a partir das críticas às perspectivas eurocêntricas de produção do conhecimento e do fortalecimento das abordagens decoloniais e interculturais (Fonseca; Zaninelli, 2024). Conforme argumenta Quijano (2005), a colonialidade do saber estabeleceu mecanismos históricos de hierarquização epistemológica que atribuíram superioridade à racionalidade ocidental em detrimento dos conhecimentos tradicionais, ancestrais e originários.

Essa lógica contribuiu para processos de invisibilização, marginalização e subalternização dos sistemas indígenas de conhecimento, frequentemente considerados inferiores ou destituídos de legitimidade científica. De forma complementar, Mignolo (2008) destaca que a modernidade ocidental consolidou padrões universais de produção epistemológica que desconsideraram outras formas de racionalidade e organização do saber, produzindo uma "geopolítica do conhecimento" marcada pela exclusão de epistemologias não europeias.

No contexto das epistemologias do Sul, Santos (2019) reitera que os conhecimentos indígenas representam formas legítimas de produção epistemológica que resistem historicamente às estruturas coloniais de dominação cultural e cognitiva. Para o autor, a valorização dos saberes tradicionais implica reconhecer a existência de uma ecologia de conhecimentos, baseada na pluralidade epistemológica e na coexistência de diferentes formas de interpretar a realidade. Essa perspectiva rompe com concepções universalizantes do conhecimento científico e amplia o reconhecimento das epistemologias indígenas enquanto sistemas organizados de produção, compartilhamento e preservação do saber.

Do ponto de vista antropológico, Lévi-Strauss (1989) já evidenciava que os povos indígenas desenvolvem sistemas sofisticados de classificação, observação e interpretação do ambiente natural, constituindo formas complexas de conhecimento relacionadas à fauna, flora, clima, territorialidade e organização social. Para o autor, os chamados "saberes tradicionais" não representam formas primitivas de conhecimento, mas estruturas intelectuais organizadas a partir de lógicas próprias de compreensão do mundo.

Além das dimensões cosmológicas e socioculturais, o conhecimento indígena apresenta forte relação com os territórios tradicionalmente ocupados. Segundo Diegues (2000), os territórios indígenas constituem espaços físicos de sobrevivência material, além também da sua configuração própria como ambientes simbólicos e culturais nos quais se estruturam práticas sociais, sistemas de memória coletiva e mecanismos de transmissão intergeracional do conhecimento.

A oralidade também representa elemento fundamental na organização e circulação do conhecimento indígena. Os povos indígenas estruturam grande parte de seus processos de transmissão do saber por meio da oralidade, dos rituais, das narrativas ancestrais, das práticas comunitárias e das experiências cotidianas (Mindlin, 2006). Logo, a transmissão oral permite a preservação das memórias coletivas, bem como a continuidade dos valores culturais, espirituais e identitários das comunidades indígenas ao longo das gerações. No contexto amazônico, é possível apontar que esses conhecimentos assumem papel estratégico na proteção da sociobiodiversidade, sobretudo diante do avanço das pressões econômicas sobre os territórios indígenas e dos impactos das transformações ambientais contemporâneas.

2.2 GESTÃO DO CONHECIMENTO INDÍGENA

A gestão do conhecimento indígena constitui um campo emergente de estudos que busca compreender as formas pelas quais os povos indígenas produzem, organizam, compartilham, preservam e transmitem seus conhecimentos tradicionais a partir de estruturas socioculturais próprias (Battiste, 2002; Nakata, 2007). Os estudos clássicos sobre gestão do conhecimento desenvolvidos por Nonaka e Takeuchi (1997) e Davenport e Prusak (1998) estabeleceram importantes fundamentos para a compreensão dos processos de criação, compartilhamento e utilização do conhecimento nas organizações. Tais contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento da área, seus modelos foram concebidos predominantemente a partir de perspectivas empresariais ocidentais, centradas em estruturas formais de informação e racionalidades técnico-organizacionais.

Entretanto, os sistemas indígenas de conhecimento apresentam características que extrapolam essas abordagens tradicionais. Conforme argumenta Battiste (2002), o conhecimento indígena está profundamente relacionado à experiência coletiva, às relações espirituais com a natureza e à transmissão intergeracional baseada na oralidade e na vivência

comunitária. De maneira semelhante, Nakata (2007) destaca que os conhecimentos indígenas constituem sistemas epistemológicos próprios, organizados a partir de referências culturais, históricas e territoriais específicas, não podendo ser plenamente compreendidos por modelos universais e homogêneos de gestão do conhecimento.

No contexto indígena, o compartilhamento do conhecimento ocorre principalmente por meio de práticas coletivas de convivência, narrativas orais, rituais, experiências comunitárias, observação da natureza e transmissão intergeracional (Lévi-Strauss, 1989; Munduruku, 2012). A oralidade, nesse contexto, não representa ausência de sistematização do conhecimento, mas uma forma própria de organização, circulação e legitimação dos saberes tradicionais.

Além da oralidade, a territorialidade constitui elemento central na gestão do conhecimento indígena. Para diversos povos originários, o território não se restringe a uma dimensão geográfica ou econômica, mas representa espaço de construção identitária, reprodução cultural e manutenção das práticas ancestrais (Haesbaert, 2004; Little, 2002). Desse modo, os conhecimentos indígenas são produzidos a partir da interação contínua entre comunidades, rios, florestas, animais, ciclos naturais e elementos espirituais associados ao território.

Os saberes indígenas possuem caráter comunitário e compartilhado, estando vinculados às práticas sociais, às relações de parentesco e às responsabilidades coletivas de preservação cultural (Baniwa, 2019). Segundo Baniwa (2019), os conhecimentos tradicionais indígenas são construídos socialmente ao longo de gerações e não pertencem individualmente a sujeitos específicos, mas às coletividades indígenas enquanto patrimônio ancestral.

Cabe ressaltar, que as discussões contemporâneas sobre gestão do conhecimento indígena também têm sido influenciadas pelas perspectivas decoloniais e pelas epistemologias do Sul. Santos (2019) argumenta que os sistemas tradicionais de conhecimento foram historicamente invisibilizados pela colonialidade do saber, que legitimou apenas modelos científicos eurocentrados como formas válidas de produção do conhecimento. Mignolo (2008) reforça essa discussão ao afirmar que a desobediência epistêmica constitui estratégia fundamental para romper com as hierarquias coloniais de produção do conhecimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e documental, fundamentada em revisão bibliográfica e análise conceitual acerca da gestão do conhecimento indígena no contexto amazônico. A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a compreensão aprofundada dos fenômenos socioculturais e epistemológicos relacionados aos sistemas indígenas de conhecimento, considerando suas dimensões simbólicas, coletivas e territoriais. Quanto aos objetivos, a pesquisa possui caráter descritivo, uma vez que busca identificar, analisar e sistematizar elementos constitutivos da gestão do conhecimento indígena, visando apresentar a construção de um modelo conceitual alinhado às especificidades dos povos originários.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados nacionais e internacionais amplamente utilizadas na área da CI e em estudos interdisciplinares, dentre as quais se destacam: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scopus, Web of Science, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Scholar. Foram utilizados os seguintes termos de busca em português, inglês e espanhol, combinados por operadores booleanos: “gestão do conhecimento indígena”, “conhecimento indígena”, “traditional knowledge”, “indigenous knowledge management”, “epistemologias indígenas”, “epistemologias do Sul”, “colonialidade do saber” e “Ciência da Informação”. Segue a seguinte combinação: ("gestão do conhecimento indígena" OR "conhecimento indígena" OR "epistemologias indígenas" OR "epistemologias do Sul" OR "colonialidade do saber" OR "Ciência da Informação"); ("Ciência da Informação" OR "Information Science" OR "Ciencia de la Información") AND ("gestão do conhecimento indígena" OR "indigenous knowledge management" OR "gestión del conocimiento indígena") OR ("conhecimento indígena" OR "traditional knowledge" OR "conocimiento indígena") AND "epistemologias do Sul" OR "colonialidade do saber" OR "epistemologías del Sur" OR "colonialidad del saber".

Optou-se por uma temporalidade livre nas buscas, considerando a necessidade de incorporar tanto estudos clássicos quanto produções contemporâneas relevantes para a fundamentação teórica e conceitual da pesquisa.

Dessa forma, este artigo constitui um recorte teórico-conceitual de uma tese de doutoramento na Ciência da Informação, concentrando-se particularmente na apresentação do

modelo conceitual proposto na pesquisa, enfatizando seus fundamentos teóricos, sua estrutura constitutiva e suas dimensões analíticas. Para este artigo o *corpus* foi divido em dois tipos: o *corpus* téorico (Ngulube, 2002; Fonseca, 2025; Nakata, 2007; Baniwa, 2019; Haesbaert, 2004; Little, 2002; Munduruku, 2012); e o *corpus* documental (UNESCO, 2002, 2011, 2021, 2023).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados obtidos a partir da análise teórico-conceitual realizada sobre a gestão do conhecimento indígena no contexto amazônico, enfatizando a estrutura e os fundamentos do modelo conceitual proposto. Além disso, são discutidas as principais dimensões epistemológicas, socioculturais e informacionais que compõem o modelo, evidenciando suas relações com a oralidade, ancestralidade, territorialidade, coletividade e preservação cultura

4.1 FUNDAMENTOS E ESTRUTURA DO MODELO CONCEITUAL

O modelo conceitual de Gestão do Conhecimento Indígena (GCIn) foi desenvolvido a partir da compreensão de que os sistemas indígenas de conhecimento possuem estruturas epistemológicas próprias, fundamentadas em relações entre ancestralidade, oralidade, territorialidade, espiritualidade, coletividade e transmissão intergeracional do saber. A proposta do modelo emerge da necessidade de construção de uma abordagem conceitual alinhada às especificidades socioculturais dos povos indígenas amazônicos, considerando que os modelos tradicionais de gestão do conhecimento, em sua maioria, são orientados por perspectivas organizacionais ocidentais e não contemplam integralmente as dinâmicas culturais do conhecimento indígena (Nonaka; Takeuchi, 1997; Davenport; Prusak, 1998). Nesse sentido, o modelo busca representar os fluxos, processos e dimensões que estruturam a gestão do conhecimento nas comunidades indígenas amazônicas, tomando como base seus sistemas próprios de organização e compartilhamento do saber.

A etapa inicial (prévia) para construção do protótipo considerou alguns modelos de gestão de conhecimento indígena já estabelecidos ou que estão sendo discutidos em diferentes territórios, sendo os principais investigados: Model_Isi (Sri Lanka), *Indigenous knowledge management model in the Gadaa System* (Etiópia), ICT4D (Filipinas) e The IKM Software System (Austrália).

A estrutura do modelo conceitual foi construída a partir de categorias emergentes identificadas ao longo da pesquisa de doutorado que originou este artigo. O modelo foi elaborado considerando os aspectos conceituais, estruturais e sistêmicos da GCIn, bem como as manifestações e formas de transmissão do conhecimento indígena no contexto amazônico.

O modelo conceitual está estruturado a partir de duas dimensões fundamentais e interdependentes: a dimensão espiritual (inumana/não humana) e a dimensão física (humana). Ambas as dimensões representam os diferentes campos de relação dos povos indígenas com o conhecimento, evidenciando que os processos de produção, transmissão e preservação do saber não se restringem à dimensão material ou informacional, mas envolvem também aspectos cosmológicos, espirituais e ancestrais.

Figura 1 – Modelo conceitual de GCIn



Fonte: Fonseca (2025).

Os resultados da tese evidenciam que, a dimensão espiritual reflete a conexão dos povos indígenas com os elementos considerados externos ao mundo físico, envolvendo ancestralidade, espiritualidade, rituais e conhecimentos sagrados. Tal compreensão dialoga com as discussões de Nascimento (2021) sobre a filosofia indígena e as relações entre humanidade, natureza e espiritualidade, bem como com Silva e Sousa (2017), ao

compreenderem a espiritualidade indígena como expressão institucionalizada do sagrado por meio das práticas culturais e rituais.

Na dimensão espiritual do modelo, destacam-se elementos relacionados à transmissão oral e à ancestralidade, compreendidos como mecanismos centrais de preservação e continuidade dos conhecimentos tradicionais. A oralidade aparece como principal via de transmissão dos saberes indígenas, conectando gerações e mantendo vivas as tradições culturais das comunidades. Além disso, a ancestralidade ocupa papel central no modelo ao reconhecer os anciãos e guardiões do conhecimento como responsáveis pela mediação e continuidade dos saberes tradicionais.

Outro componente estruturante da dimensão espiritual refere-se à hierarquia do conhecimento. Conforme discutido no estudo, determinados conhecimentos considerados sagrados possuem acesso restrito, sendo compartilhados apenas com sujeitos autorizados ou preparados culturalmente para recebê-los. Esse aspecto demonstra que o conhecimento indígena não opera sob lógica universal e irrestrita de acesso, mas a partir de escalas, níveis de proteção e critérios socioculturais de circulação do saber. Os pesquisadores indígenas participantes da validação do modelo sugeriram, inclusive, a substituição do termo “hierarquia do conhecimento” por “escala do conhecimento”, buscando maior alinhamento com as terminologias utilizadas pelas próprias comunidades indígenas.

A dimensão física ou humana do modelo está relacionada aos aspectos práticos, sociais e comunitários da GCIn. Essa dimensão contempla os processos de compartilhamento, socialização, uso, aplicação, armazenamento e preservação do conhecimento indígena nas práticas cotidianas das comunidades. Nessa perspectiva, o modelo incorpora cinco dimensões de abordagem consideradas eixos estruturantes da GCIn: (1) gênese do conhecimento, (2) compartilhamento do conhecimento, (3) socialização do conhecimento, (4) guarda ou armazenamento do conhecimento e (5) uso e aplicação do conhecimento. Esses eixos permitem compreender o conhecimento indígena como fenômeno dinâmico, relacional e continuamente reconstruído a partir das experiências coletivas das comunidades.

O modelo também considera os diferentes atores sociais envolvidos no fluxo de transmissão do conhecimento indígena. Portanto, os detentores ou guardiões do conhecimento assumem papel fundamental nos processos de preservação cultural e transmissão intergeracional do saber. Entre os principais atores identificados estão os anciãos, lideranças

tradicionais, mulheres e jovens, cada qual desempenhando funções específicas nos processos de compartilhamento e renovação dos conhecimentos tradicionais. Tal estrutura reforça a dimensão coletiva da GCIn e evidencia que o conhecimento indígena não pertence individualmente a sujeitos específicos, mas constitui patrimônio sociocultural compartilhado pelas comunidades indígenas.

4.2 PROCESSO DE VALIDAÇÃO DO MODELO E PERSPECTIVAS FUTURAS DE CONTRIBUIÇÃO

O processo de validação do modelo conceitual constituiu uma etapa fundamental da pesquisa, sobretudo por possibilitar a aproximação entre a estrutura teórica desenvolvida e as percepções epistemológicas de pesquisadores indígenas vinculados às realidades socioculturais amazônicas. Os instrumentos de validação utilizados foram as entrevistas de campo e a realização de grupos focais com pesquisadores indígenas acadêmicos de 13 etnias localizadas em 3 estados na região amazônica (Amazonas, Rondônia e Roraima). Essa etapa configurou-se como espaço de diálogo colaborativo - uma vez que envolveu pesquisadores indígenas - escuta intercultural e construção coletiva do conhecimento, alinhando-se às discussões propostas.

Durante o processo de validação, pesquisadores indígenas destacaram que os fluxos de conhecimento nas comunidades indígenas ocorrem de forma circular, contínua e renovável, retornando constantemente ao crivo dos mais velhos e das experiências coletivas. Essa percepção reforça que o modelo conceitual deve ser como uma representação dinâmica das relações entre conhecimento, cultura, ancestralidade e território no contexto amazônico.

Ainda durante a validação observou-se a necessidade de adequação terminológica do modelo às cosmologias indígenas. Alguns pesquisadores participantes sugeriram ajustes conceituais em determinadas categorias analíticas, especialmente no uso do termo “hierarquia do conhecimento”, considerado inadequado por remeter a perspectivas ocidentais verticalizadas de organização do saber.

Os participantes da validação também enfatizaram a centralidade dos anciãos, lideranças tradicionais e guardiões do conhecimento nos processos de preservação e transmissão dos saberes indígenas. Conforme destacado pelos pesquisadores indígenas, o conhecimento tradicional não circula de forma dissociada das relações comunitárias e das experiências coletivas, sendo constantemente atualizado a partir da convivência social, dos rituais, das narrativas orais e das práticas culturais desenvolvidas nos territórios indígenas.

Sobre o aspecto da não universalidade do modelo conceitual proposto, os pesquisadores indígenas ressaltaram que os povos indígenas amazônicos possuem especificidades culturais, linguísticas e cosmológicas distintas, impossibilitando a construção de um modelo homogêneo aplicável de maneira uniforme a todas as etnias. Dessa forma, o modelo deve ser compreendido como uma estrutura conceitual aberta, flexível e adaptável às diferentes realidades indígenas, funcionando como referência analítica para futuras pesquisas e aplicações no campo da CI e dos estudos sobre conhecimento indígena.

No entanto, observou-se como fatores limitantes a ausência de modelos prévios ou de referências diretas na literatura brasileira, as limitações sociais e culturais na compreensão dos próprios indígenas no entendimento do que é um "modelo" (conhecimentos em caixa) e apropria dificuldade logística e da língua para dialogar com diferentes comunidades e etnias indígenas no amplo espaço geográfica da Amazônia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresentou um modelo conceitual de GCIn para o contexto amazônico, fundamentado em perspectivas decoloniais, epistemologias indígenas e as discussões no contexto das investigações da área da CI. Partiu-se do reconhecimento de que os conhecimentos indígenas constituem sistemas complexos de produção, organização, compartilhamento e preservação do saber, estruturados a partir de dimensões como ancestralidade, oralidade, territorialidade, espiritualidade e coletividade.

O modelo apresentado evidencia que os que os modelos tradicionais de gestão do conhecimento, apresentam limitações para compreender as especificidades socioculturais e epistemológicas dos sistemas indígenas de conhecimento. Nesse sentido, o modelo busca contribuir para a ampliação das discussões no âmbito da CI, incorporando perspectivas epistemológicas plurais e interculturais voltadas à valorização dos saberes tradicionais indígenas.

No que se refere às perspectivas futuras de contribuição, o modelo conceitual de GCIn apresenta potencial significativo para subsidiar pesquisas interdisciplinares relacionadas à preservação cultural, memória social, gestão da informação, patrimônio imaterial e epistemologias indígenas. Além disso, o modelo pode contribuir para políticas públicas de

proteção dos conhecimentos tradicionais indígenas frente a biopirataria e aos impactos socioterritoriais na Amazônia.

REFERÊNCIAS

BATTISTE, Marie. **Indigenous knowledge and pedagogy in First Nations education**: a literature review with recommendations. Ottawa: National Working Group on Education, 2002. Disponível em: https://www.afn.ca/uploads/files/education/24._2002_oct_marie_battiste_indigenousknowledgeandpedagogy_lit_review_for_min_working_group.pdf. Acesso em: 22 maio 2026.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial:** como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

FONSECA, Diego Leonardo de Souza. **A gestão do conhecimento indígena:** proposta de um modelo conceitual para o contexto amazônico. 2025. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025. Disponível em: https://repositorio.uel.br/items/8090e4cd-9d55-40fe-bd83-ebab5efe1ced Acesso em: 22 maio 2026.

FONSECA, Diego Leonardo de Souza; ZANINELLI, Thais Batista. Modelos conceituais de gestão do conhecimento indígena: uma discussão na ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 36, n., 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/V9RPXswRZq9y8fFgbsQ3cZp/?lang=pt Acesso em: 22 maio 2026.

GOMES, Marcos Roberto de Souza; BARBALHO, Célia Regina Simonetti; YANAI, Angela Emi. Gestão do conhecimento indígena para o artesanto: proposta de um modelo para artesãs amazônicas. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 15, n. 3, p. 168–183, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/77465 Acesso em: 26 maio. 2026.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 9. ed. Campinas: Papirus, 1989.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/29037 Acesso em: 22 maio 2026.

MINDLIN, Betty. **Mitos Indígenas**. São Paulo, Ática, 2006.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NAKATA, Martin. The cultural interface. **The Australian Journal of Indigenous Education**, Cambridge, v. 36, p. 7-14, 2007. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/australian-journal-of-indigenous-education/article/cultural-interface/7B5E0D7F5B1B4F6B5C3F6F44A9F8C2B2. Acesso em: 22 maio 2026.

NGULUBE, Patrick. Managing and Preserving Indigenous Knowledge in the Knowledge Management Era: challenges and opportunities for information professionals. **Information Development**, Londres (RU), v. 18, n. 2, p. 95-102, 2002. Disponível em: 10.1177/026666602400842486 Acesso em: 22 maio 2026.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **African indigenous knowledge systems**: Assessing and Certifying Indigenous Tracking Expertise and Skills. 2021a. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/links_indigenous_tracking_20210913.pdf Acesso em: 26 jun. 2026.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **Decisão do Comitê Intergovernamental**: 11.COM 10.B.11. 2011. Disponível em: https://ich.unesco.org/en/decisions/11.COM/10.B.11 Acesso em: 11 jun. 2026.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **Local and Indigenous Knowledge Systems (LINKS).** 2002. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132226 Acesso em: 26 jun. 2026.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **UNESCO policy on engaging with indigenous peoples**. United States: UNESCO Digital Library, 2017. 26 p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000258772 Acesso em: 28 jan. 2026.